

# Salles e presidente do Ibama são alvo de operação da PF sobre madeira ilegal

Ação leva a busca e apreensão em endereços do ministro e ao afastamento de dez servidores

Fabio Serapiao e Camilla Mattoso

**BRASÍLIA** A Polícia Federal realizou na manhã desta quarta (19) uma operação que levou a buscas e apreensões em endereços do ministro Ricardo Salles e no MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ao afastamento do presidente do Ibama, Eduardo Bim, e de outros nove servidores públicos. A ação tinha como objetivo, de acordo com a PF, apurar suspeitas de crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do ramo madeireiro.

A PF investiga a edição de um despacho pelo Ibama, em 2020, que teria permitido a exportação de produtos florestais sem a necessidade de emissão de autorizações. O texto teria sido elaborado a pedido de empresas com cargas apreendidas no exterior e resultou na regularização, segundo a PF, de cerca de 8.000 cargas de madeira ilegal.

A operação foi batizada de Akuanduba, divindade dos índios Araras, do Pará.

A PF cumpriu 35 mandados de busca no Distrito Federal, em São Paulo e no Pará, determinados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Ele também suspendeu o despacho sobre exportação de madeira que é alvo de investigação.

De acordo com a PF, a apuração teve início em janeiro, com base em informações enviadas por autoridades de outros países sobre possíveis desvios de conduta de servidores públicos durante o processo de exportação de madeira.

Moraes autorizou ainda a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Salles.

No pedido enviado ao Supremo para realizar a operação, a PF informou a existência de R\$ 14,1 milhões em transações financeiras atípicas envolvendo um escritório de advocacia ligado a Salles.

Ao autorizar a ação, Moraes fez menção a um relatório do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) que identificou a movimentação suspeita e disse que a informação requer "maiores aprofundamentos". A pedido da PF, Moraes autorizou envio de ofício ao Coaf com o objetivo de acessar todas as informações em poder do conselho

que motivaram a produção do RIF sobre o escritório ligado ao titular do Meio Ambiente.

A polícia frisou na representação que parte das empresas envolvidas e de agentes públicos investigados, incluindo Salles, teve inúmeras comunicações ao Coaf por operações suspeitas nos últimos anos.

As transações atípicas, segundo descreveu Moraes no documento, ocorreram no período compreendido entre janeiro de 2012 e junho de 2020.

A ação ocorre um mês após o início de um atrito entre o ex-chefe da Polícia Federal na Amazônia Alexandre Saraiva e o ministro Ricardo Salles por causa da maior apreensão de madeira nativa da história do Brasil, ocorrida na divisa do Pará com o Amazonas.

O conflito começou após uma visita de Salles ao Pará, onde ele fez uma espécie de verificação da operação e apontou falhas na apuração. Segundo o ministro, há elementos para achar que as empresas investigadas estavam com a razão.

Em seguida, em entrevista à Folha, Saraiva disse que era a primeira vez que via um ministro do Meio Ambiente se manifestar de maneira contrária a uma ação que visava proteger a floresta amazônica. Ele afirmou ainda que "na Polícia Federal não vai passar boiada", termo utilizado por Salles em reunião ministerial do ano passado.

Saraiva mandou ao STF uma notícia-crime contra o ministro que está sob análise da ministra Carmen Lúcia. No documento, o delegado afirma que havia suspeita de crimes de advocacia administrativa e obstrução de investigação.

Dias depois, o novo diretor-geral da PF, Paulo Maturino, decidiu trocar a chefia do Amazonas, como revelou o Painel, da Folha.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), líder da minoria na Câmara, disse que ingressaria com pedido na Justiça Federal do Distrito Federal para suspender a nomeação de Salles. Nela, o deputado também pede, em caráter liminar, que

Salles seja afastado imediatamente até o julgamento definitivo por desvio da finalidade do papel de ministro do Meio Ambiente.

Colaboraram Marcelo Rocha e Mathheus Teixeira, de Brasília

## Ministro diz que operação é exagerada e desnecessária

### OUTRO LADO

Marcelo Rocha e Daniel Carvalho

**BRASÍLIA** O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, classificou a operação da Polícia Federal desta quarta como exagerada e desnecessária.

"Vou fazer aqui uma manifestação de surpresa com essa operação, que eu entendo exagerada, desnecessária, até por que todos os demais que foram citados e incluídos nessa investigação estiveram sempre à disposição para esclare-

## Servidores afastados

- MMA**
- Leopoldo Penteado Butkiewicz assessor especial do ministro
- Olivald Alves Borges Azevedo secretário-adjunto de Biodiversidade

## IBAMA

- Eduardo Bim presidente
- Wagner Matiota superint. de Apuração de Infrações
- Olímpio Magalhães diretor de Prot. Ambiental
- João P. Riograndense Moreira Jr diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas
- Rafael Freire de Macedo coordenador-geral de Monitoramento do Uso da Biodiversidade
- Leslie Jardim Tavares coord. de Op. de Fiscalização
- André Azevedo Silveira coord. de Intel. de Fiscalização
- Artur B. Valinotto analista ambiental

cer quaisquer questões", disse.

Pela manhã, Salles disse que não tinha tido acesso ainda ao inquérito mas que, do pouco que sabia, podia dizer que o texto havia sido instruído de tal forma que levou o ministro Alexandre de Moraes a erro.

"Induzindo justamente a dar impressão de que teria havido possivelmente uma ação concatenada de agentes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente para favorecer ou para fazer destravamento indevido do que quer que seja. Essas ações jamais, repito, jamais aconteceram."

Salles esteve na Superintendência da Polícia Federal em Brasília acompanhado de um assessor armado, que é um militar da Reserva. Policiais relataram ao Painel que o ministro cobrou explicações sobre o inquérito e quis falar com o superintendente.

Segundo o ministro, sob seu comando a pasta e o Ibama sempre agiriam de acordo com as regras e o bom senso. "Isso ficará demonstrado nos autos do inquérito conforme ele forem instruídos." Essas medidas são desnecessárias [preensão de celular e quebra de sigilos bancário e fiscal], na medida em que o ministério e todos os funcionários poderiam ter sido chamados pela PF.

O ministro disse também que se explicou ao presidente Jair Bolsonaro do que se trata a investigação.

"Expliquei que, na minha opinião, não há substância em nenhuma das acusações. Embora eu não conheça os autos, eu já sei de que assunto se trata. E me parece que esse é um assunto que pode ser esclarecido com muito rapidez."

De acordo com auxiliares de Bolsonaro e Salles, a conversa entre os dois, no Palácio do Planalto, pela manhã, envolveu também o ministro da Justiça, Anderson Torres.

Segundo relatos feitos à Folha sob condição de anonimato, no diálogo houve críticas ao que presidente e ministro consideram excessos de Moraes nesta e em outras decisões.

Assessores também disseram que as críticas se estenderam ao fato de não se ter sido solicitada parecer da Procuradoria-Geral da República sobre as buscas. Em nota, a PGR disse que "não foi instada a se manifestar sobre a medida, o que, em princípio, pode violar o sistema constitucional acusatório".

Por enquanto, a decisão do Planalto é de manter Ricardo Salles no cargo e usar a operação politicamente.

Conselheiros de Bolsonaro disseram que as buscas servem para sustentar o argumento de que ele não interfere na PF — o ministro da Justiça só teria sido informado da ação na noite de terça (18), e o presidente, na manhã desta quarta, pela imprensa.

Leia mais na pág. B2



O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante entrevista nesta quarta. Ueslei Marcelino/Reuters

# Despacho que facilita exportação de madeira motivou apuração

Fabiano Maisonave

**MANAUS** No centro da operação da Polícia Federal que atingiu o ministro Ricardo Salles (Ambiente), está o despacho da presidência do Ibama de 25 de fevereiro de 2020, que elimina a exigência de autorização de exportação de madeira por parte do órgão ambiental federal, com a exceção de espécies sob risco de extinção.

A pedido da PF, o despacho 7036900/2020 foi suspenso em caráter liminar nesta quarta (19) pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Ele afastou do cargo o presidente do Ibama, Eduardo Bim, que assina o documento.

Uma das principais críticas ao despacho de Bim era de que ele permitia a exportação apenas com os documentos de transporte, incluindo as guias florestais (GF) emitidas pelos governos esta-

duais e facilmente fraudadas.

Os principais estados produtores de madeira nativa, Mato Grosso e Pará, não estão integrados ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), como prevê o Código Florestal, de 2012.

Contraditoriamente, o Ibama trava uma batalha judicial com esses estados para exigir essa adequação, acusando-os de falta de transparência.

Com a decisão de Moraes, volta a vigorar a Instrução Normativa 15/2011, que exige a solicitação de autorização de exportação do Ibama mediante a apresentação de sete documentos.

Na petição ao STF, a PF diz que Bim emitiu o despacho "mesmo com parecer contrário de servidores públicos experientes do órgão e somente após as apreensões de algumas cargas que teriam chegado aos EUA e à Europa sem documento idôneo."

A PF descreve a apreensão de três contêineres com madeira brasileira no porto da Savannah (EUA), embarcação do Pará, em 10 de janeiro de 2020, exportados sem a autorização do Ibama. A empresa responsável é a Tradelink Madeiras.

Em 5 de fevereiro, a Superintendência do Ibama no Pará enviou cartas de "certidão" às autoridades americanas, para conseguir o desembarco. Duas semanas depois, em 21 de fevereiro, um funcionário da embaixada americana se reuniu com Bim para "discutir as comunicações conflitantes do Ibama", segundo ofício da representação diplomática dos EUA enviada à PF.

Finalmente, em 25 de fevereiro, as autoridades norte-americanas receberam a cópia do despacho de Bim eliminando a exigência do aval do Ibama. A nova normativa foi publicada no mesmo dia no Diário Oficial.

"À luz do exposto, o FWS [Serviço da Vida Selvagem e Pesca, órgão ambiental americano] tem preocupações com relação a possíveis ações inadequadas ou comportamento corrupto por representantes da Tradelink e/ou funcionários públicos responsáveis pelos processos legais e sustentáveis que governam a extração e exportação de produtos de madeira da região amazônica", informou a embaixada à PF.

O despacho de Bim favoreceu principalmente empresas exportadoras, de maior poder econômico, mas não teve impacto na fiscalização dos planos de manejo aprovados pelos governos estaduais, principalmente dos fiscais do Ibama.

Isso ocorre porque, nos portos de exportação, a madeira ilegal já está esquentada e misturada à madeira legal, exigindo uma perícia sofisticada para detectar irregularidades. A madeira apre-

endida nos EUA, por exemplo, vai passar por uma análise de isótopos estáveis para determinar sua origem geográfica.

Além do despacho, a investigação da PF tem outras linhas, relativas à fragilização da fiscalização ambiental e do julgamento das infrações.

A PF também detectou uma "movimentação extremamente atípica" nas contas bancárias do escritório de advocacia no qual o ministro Salles é sócio, com 55% de participação.

De janeiro de 2012 a junho de 2020, foram movimentados R\$ 14,1 milhões, segundo dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). Salles classificou a operação de exagerada e negou irregularidades.

Os crimes investigados pela PF incluem corrupção passiva e ativa, facilitação de contrabando, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração ambiental.